ESCOLA SUPERIOR
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 68 /2026

Ao nono dia do mês de outubro de dois mil e vinte seis, pelas dez horas e dez minutos, reuniu o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Diogo Bértola, Cláudia Silvestre, Filipa Subtil, Francisca Conde, João Sores Barros, Jorge Souto, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Paula Nobre, Pedro Marques Gomes, Rita Carachinho e Rúben Neves.

Os conselheiros, funcionários docentes e discentes, comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

A reunião foi secretariada por Patrícia Prates, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Sessão com o Reitor da UPL sobre situação financeira.

1. Informações

A Presidente do Conselho de Representantes transferiu o ponto 1 para o final da sessão, por se encontrar já na sala o Reitor da UPL, Professor António Belo.

2. Sessão com o Reitor da UPL sobre situação financeira.

A Presidente começou por agradecer a presença do Reitor, salientando a honra de o receber neste Conselho, num momento tão determinante na vida da ESCS, agradecendo a sua disponibilidade para ajudar a esclarecer algumas questões relacionadas com as dificuldades financeiras que a escola atravessa.

O Reitor agradeceu as palavras da Presidente e reiterou que gostaria de estar ali por melhores motivos, referindo que a situação de crise financeira vivida pela ESCS e pela Escola Superior de Teatro e Cinema (ESTC), já antes tinha acontecido com outras instituições e, certamente, continuará a acontecer, porque o panorama futuro não é otimista. Informou que já foi recebida a atualização do Ministério da Educação relativa ao orçamento para 2027, e que a mesma apresenta algumas dificuldades e constrangimentos.

O Reitor contextualizou a situação atual da Universidade Politécnica de Lisboa (UPL), com o objetivo de avaliar as possíveis medidas a implementar no próximo ano. O enquadramento da situação foi feito com base em três momentos: o passado, o presente e o futuro.

O Reitor começou por explicar que na UPL até 2023 o financiamento do ensino superior era feito por histórico. A partir de 2023, passou a ser feito com base em três componentes: número de estudantes; diferenciação entre ensino politécnico e ensino universitário; ajustamento, isto é, a fórmula é aplicada e, se há uma instituição que deverá receber mais dinheiro, tem um bónus; se deverá receber menos dinheiro, tem uma penalização.

A Presidente questionou se o índice de satisfação e qualidade de ensino contava para o financiamento da tutela, ao que o Reitor respondeu que apenas contavam as três componentes já faladas. Salientando que o financiamento é sempre feito por aluno ponderado pela área de formação, sendo que um aluno de artes recebe mais financiamento que um aluno de ciências sociais e, por outro lado, numa mesma área de formação, o valor atribuído ao aluno universitário é muito mais elevado que o do aluno politécnico.

Relativamente ao Orçamento da UPL, de 2025, o Reitor lembrou que este não foi elaborado pela atual presidência. Este orçamento contou com um aumento de

2,7% da tutela, relativamente a 2024. A prática seguida na UPL era por histórico, tendendo a sobrefinanciar umas escolas em detrimento de outras. No entanto, o Reitor afirmou, que se quisermos quantificar, no caso da ESCS, este financiamento foi 175000€ a menos, em 2025, sendo que a verba que foi transferida para a escola foi superior a este valor. Como tal, no final de 2025, não é possível dizer que houve um subfinanciamento da escola porque isso foi corrigido. O que se pode dizer é que houve um sobre financiamento da ESTC que já era financiada a mais e que também teve um reforço. Perante a apresentação desta situação, aquilo que foi estipulado foi que durante este mandato se procurasse que o valor de aluno ponderado fosse o mais aproximado entre todos.

A Professora Cláudia Silvestre salientou que, atendendo às diferentes especificidades das escolas, a atribuição de um valor igual para todas não seria coerente. Em resposta, o Reitor esclareceu que o cálculo é efetuado com base no número de alunos ponderado, acrescentando que a nova fórmula de cálculo já contemplará as especificidades de cada escola. No caso da ESCS, existem três grupos de alunos com diferentes ponderações: os do curso de Audiovisual e Multimédia que são os que apresentam uma ponderação mais elevada, seguidos pelos alunos do curso de Jornalismo e, por último, os cursos de Publicidade e Marketing e de Relações Públicas que apresentam a ponderação mais baixa. Salientou que o que foi acordado com os presidentes das várias unidades orgânicas foi que, as escolas que têm um sobre financiamento, não crescem nestes 4 anos, já as que estão subfinanciadas recebem todas aumento de financiamento. Relativamente ao ano de 2026 o orçamento de Estado para a UPL desceu de 2,8% para 1,8%, agravando a situação de subfinanciamento, nesse contexto só a ESCS, o ISCAL e a ESSL subiram a sua dotação orçamental.

Referiu que, face ao menor aumento do orçamento de estado, foi necessário reduzir a verba afeta aos Serviços Centrais e reforçar a dotação dos Serviços de Ação Social (SAS), salientando que estes serviços têm um papel fundamental no refrear da perda de alunos.

O Reitor explicou ainda que sempre existiu uma margem orçamental nos Serviços Centrais que permitia apoiar a gestão das escolas; no entanto, em 2026, estas verbas foram atribuídas a cada escola logo no início do ano. Os Serviços Centrais deixaram de dispor dessa margem de flexibilidade financeira, pois este reforço

inicial de um milhão de euros foi retirado do orçamento dos Serviços Centrais, que baixou para 6 800 000€. Por outro lado, a candidatura ao Fundo Ambiental do PRR, para obras de eficiência energética, assentou num estudo prévio, realizado em 2025, que previa a despesa de 5 000 000€. Contudo, este estudo prévio subestimou em muito o valor das obras. Assim, para se poder cumprir o caderno de encargos era necessário gastar mais 3 000 000€, porém, os trabalhos adicionais não podiam ultrapassar 50% do valor inicial. O Reitor explicou que, até 30 de julho, não era possível obter os certificados necessários exigidos pela Agência do Ministério do Ambiente, sendo esta a data-limite para o seu envio à União Europeia. O incumprimento deste prazo poderia implicar a perda total do financiamento. Para garantir a conclusão dos trabalhos tinham de estar cabimentadas as despesas previstas na candidatura, e ainda não reembolsadas, bem como os trabalhos adicionais, sobretudo para o reforço de painéis solares e climatização, que ficaram pelos 2 000 000€, para não haver problemas com o Tribunal de Contas. Estes trabalhos adicionais, só nas obras de climatização da ESCS, resultaram num encargo de cerca de 1 000 000€. Contudo, no final de agosto, foi conseguido que se passasse o certificado energético e pelo menos assegurou-se o reembolso dos 5 000 000€, no entanto ainda não se sabe se os 2 000 000€ vão ser reembolsados ou não.

No final de julho deste ano, existia um valor de pelo menos 5 000 000€ +2 000 000€ cujo reembolso era incerto, recaindo esta responsabilidade financeira pessoalmente sobre o Reitor. É neste contexto que foram recebidas as propostas de contratação da ESCS, com os contratos dos professores convidados não integralmente cabimentados. Assim, não se conseguiam cabimentar os contratos, sendo necessário perceber o que se poderia reformular: reduzir o número de contratos; ou não fazer contratos de Professores adjuntos convidados, mas sim de Professores assistentes; ou reduzir a duração dos contratos. O efeito destas opções far-se-ia sentir apenas em 2027.

Em setembro, quando os órgãos da ESCS pediram para reunir pensou-se numa solução que permitisse ganhar tempo. Dado que o orçamento tinha sido aprovado por todos os presidentes das Escolas em Conselho Permanente, o Reitor informou que a levaria a esse órgão e a defenderia. O Reitor esclareceu que todos os Presidentes presentes concordaram com a proposta, reiterando, contudo, a

importância de acautelar a comunicação relativa ao reforço orçamental atribuído às duas escolas, de forma a evitar eventuais conflitos ou constrangimentos entre as escolas. Em contrapartida, as escolas têm de fazer um plano de adequação ao orçamento de 2027.

O Reitor reiterou que, nesta fase, ainda não dispõe de uma solução definida relativamente à obtenção dos recursos financeiros necessários. Caso venha a ser aprovada a verba de 2 000 000 €, tal permitirá uma evolução favorável da situação. Caso contrário, a UPL terá de solicitar ao Ministro autorização para incumprir a Lei do Equilíbrio Financeiro, cenário que considera particularmente penoso. Já houve, também, um pedido da Direção Geral do Orçamento para dar esclarecimento sobre o aumento exponencial da massa salarial da Universidade, isto porque, por lei, esta não pode subir mais de 3%, só podendo subir até 5% pedindo autorização ao Ministério.

O Reitor informou que, na qualidade de membro do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), reuniu com o Ministro, que já tinha conhecimento das dificuldades financeiras enfrentadas por algumas instituições, nomeadamente no que respeita ao pagamento dos vencimentos, e que tinha conhecimento da situação da UPL, pela comunicação social. O ministro afirmou estar disposto a constituir um grupo de trabalho com elementos da tutela para garantir os pagamentos, mas para o Reitor esta não iria ser, certamente, uma solução benéfica para as UO da UPL. Por essa razão, o Reitor preferiu responder ao ministro que, se houver um reforço do orçamento que cobrisse o aumento de encargos, decorrentes de alterações legislativas, resolveria a situação internamente. A conversa acabou por ser produtiva, ficando ainda definido que vai haver um grupo de trabalho que contará com elementos do CCISP, CRUP e tutela, para ser discutida a futura fórmula de financiamento do Ensino Superior, que será aprovada em 2027 e implementada em 2028.

O Reitor salientou que o atual modelo de financiamento apresenta diversas distorções que acabam por favorecer, sobretudo, as universidades. A título de exemplo, referiu que a fórmula de financiamento inclui os estudantes de doutoramento e os estudantes internacionais, cuja distribuição se concentra maioritariamente nas universidades. No caso dos estudantes de doutoramento, 80% dos estudantes têm bolsa FCT, o que faz com que, quando incluídos na

fórmula de cálculo, estejam a ser duplamente financiados. No caso dos estudantes internacionais, a propina é definida pelo custo do estudante, não fazendo sentido ser financiado pelo orçamento de estado.

O Reitor chamou ainda à atenção que a próxima fórmula do orçamento da tutela, para 2028, não será pelo número de estudantes, mas pelo número de diplomados. Para o ano de 2027, tudo depende do que sair do grupo de trabalho e se haverá mesmo um reforço financeiro. No entanto o número de alunos continua a ser o principal critério de financiamento das instituições do ensino superior. Já no que respeita os critérios de distribuição orçamental na UPL para além do número de alunos, está prevista uma verba adicional de 50.000 euros para as Escolas que tenham doutoramentos.

O Professor Jorge Souto questionou se tinham sido apuradas as responsabilidades de quem elaborou o estudo prévio que continha o erro identificado e que contribuiu decisivamente para a difícil situação financeira em final de julho, que por sua vez esteve na base da proposta de redução dos contratos dos Professores convidados pela presidência da ESCS. Em resposta, o Reitor esclareceu que não seria possível fazê-lo, uma vez que não se verificou um dano direto, pois a opção foi avançar com os trabalhos e concluir as obras iniciadas.

A Presidente pediu para que fosse explicado novamente a questão dos doutoramentos, pois, perante os critérios de distribuição orçamental apresentados, para além do número de alunos, verifica que a UPL valoriza a existência de doutorandos. O Reitor esclareceu que existem três programas de doutoramento aprovados, dois no ISEL e um nas escolas de artes. Relativamente ao doutoramento do ISCTE, salientou que o mesmo não é da responsabilidade da ESCS, sendo apenas uma parceria. No caso do ISEL, todos os doutoramentos são da instituição, no caso das escolas de artes, o doutoramento é em associação com a Universidade de Lisboa.

A Presidente questionou por que razão estas instituições podem dar doutoramentos, ao que o Reitor respondeu que podem fazê-lo porque têm polos de investigação, ligados a outros centros de investigação. O Reitor afirmou que a ESCS cumpriu adequadamente o seu papel no que diz respeito à Lei dos Graus e

Diplomas, que estabelece que os doutoramentos devem estar associados a centros de investigação próprios. Reconheceu que por a tutela ter mudado de critérios, na nova lei de Graus e Diplomas, a ESCS terá dificuldade em ter doutoramentos no imediato, pois não é possível o LIACOM pedir nova avaliação e obter, de imediato, a classificação de «Excelente». Nesta situação, a ESCS manter-se-á, pelo menos, neste ciclo de 4 anos, sem doutoramento. O Reitor referiu que a ESCS terá de avaliar qual a melhor estratégia: manter o LIACOM e tentar a avaliação de "Excelente", o que por si só é difícil; manter o LIACOM, porque já teve o financiamento e utilizá-lo para aumentar a produtividade científica e, simultaneamente, pensar em colaboração com outro centro. O cenário ideal seria a ESCS conseguir ter doutoramentos, o mais breve possível.

A Presidente questionou qual, afinal, a relevância da existência de um centro de investigação acreditado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) na estratégia da UPL. Júlia Leitão de Barros referiu que sendo a ESCS umas das unidades orgânicas com maior sucesso, nomeadamente por, na UPL, os seus cursos de licenciatura se destacarem pelas médias de entrada, por serem uma primeira escolha, por ser, ainda, a única unidade orgânica com um centro de investigação acreditado pela FCT, o LIACOM, não pode deixar de se interrogar porque as provas dadas pela ESCS não são valorizadas pelos critérios orçamentais da UPL. Referiu que quando se olha para os valores de despesa da ESCS, em 2010, que rondava os 5 000 000€ e se vê que, em 2026, se mantêm valores idênticos, fica bem patente como a ESCS tem uma estrutura orçamental rígida e crescentemente apertada. O que leva a escola a dispor de estruturas e equipamentos obsoletos, tendo-se mantido em funcionamento, ao longo destes anos, sem desperdício, nem investimentos significativos, sobretudo ao nível técnico. Esta situação tem acarretado consequências negativas a vários níveis. Contudo, a ESCS conseguiu, apesar de todos os obstáculos, consolidar-se como uma referência de qualidade e excelência. Neste sentido, as limitações financeiras identificadas e agora agravadas, se por um lado são da responsabilidade da tutela, são também do subfinanciamento do orçamento da UPL. Assim, importa refletir até que ponto o desempenho da Escola e a capacidade demonstrada, para superar estas dificuldades, são reconhecidos e devidamente valorizados pela UPL, perguntando ao Reitor sobre qual o lugar da ESCS na estratégia de afirmação da

UPL, o que se espera da ESCS, bem como, quais as medidas que o Reitor pretende adotar junto da tutela para fazer face à situação.

O Reitor referiu que a situação descrita se verificou igualmente nas restantes escolas: todas cresceram de forma análoga. Em 2024, o orçamento do ISEL foi reduzido em 500 000€ o que permitiu aliviar o ISCAL e a ESSL, que estavam com uma situação muito díspar relativamente ao orçamento atribuído por aluno.

O Reitor afirmou que para a UPL, a questão que se impõe é ser uma boa Universidade Politécnica, em termos do que pode oferecer dentro de Lisboa ou juntar a UPL com outra Universidade. Mas para passar a Universidade, tem de haver pelo menos três doutoramentos, em três áreas distintas.

A Professora Cláudia Silvestre referiu que, nos Serviços Académicos da ESCS, existe uma escassez de recursos humanos, uma vez que as saídas por motivo de reforma, ou por outros motivos, não têm sido acompanhadas pela contratação de novos trabalhadores. Esta situação contribui para uma sobrecarga de trabalho dos profissionais que permanecem em funções. Acrescentou que algumas das reposições de pessoal realizadas durante o presente ano tiveram impacto no aumento do orçamento da ESCS, reconhecendo, contudo, que continua a ser necessário reforçar o número de trabalhadores e que a diminuição destes poderá comprometer o funcionamento e a capacidade de resposta dos serviços.

O Reitor referiu que a ESCS necessita de reforçar o seu quadro de pessoal. E no caso particular do corpo docente, esse reforço deve ser feito tendo em conta as exigências da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).

A Professora Cláudia Silvestre questionou se os doutoramentos da ESCS poderiam ser desenvolvidos em associação com outras instituições. Em resposta, o Reitor esclareceu que estes poderiam assumir a forma de doutoramentos próprios ou em associação.

A Presidente fez uma breve síntese dos assuntos expostos pelo Reitor e perguntou se, no caso de querermos aproximarmo-nos mais da universidade, o centro de investigação LIACOM assume importância ou se, pelo contrário, se quisermos manter a identidade de politécnico, o centro de investigação LIACOM passa a ter uma importância relativa.

O Professor Ruben Neves referiu que o ISEL dispõe de fontes próprias e de outras modalidades de financiamento, questionando se não seria possível à ESCS adotar uma estratégia semelhante, com vista à diversificação das suas fontes de financiamento.

O Reitor respondeu que o essencial é reduzir despesa e aumentar receita. Referiu, ainda, que, perante a necessidade de reduzir despesas, os cortes incidem frequentemente sobre os recursos humanos. Referindo ainda que uma das fontes de receita terá de passar por financiamento europeu e pela FCT.

A Professora Filipa Subtil frisou que, enquanto instituição pautada por boas práticas, a ESCS está a retroceder nesse sentido. O Reitor referiu que não foi ele que impôs os contratos de dez meses de duração. Esta era apenas uma das hipóteses que existem. Tem de se discutir qual é o melhor caminho para poder aliviar esta situação. Salientou que, ao nível interno da UPL, foi estabelecido, um novo Regulamento que prevê a diferenciação da carga horária dos Professores contratados, que dão apenas a componente letiva, daqueles que participam noutras atividades, nomeadamente investigação.

O Reitor lembrou que a questão dos Professores convidados tem de ser revista, e que, já em anos anteriores, foi falado que os Professores convidados, com renovações sucessivas de contratos, deveriam ser inseridos na carreira. A Escola não pode funcionar com menos de 50% de docentes de mapa. Referindo que a UPL nunca impediu qualquer concurso que tivesse sido apresentado pela ESCS. O Professor Jorge Souto referiu que, com a diminuição dos Professores convidados, a capacidade de ter planos curriculares com ofertas de especialização mais de nicho fica em risco. Por outro lado, os Professores convidados não vão ser Professores tão presentes na vida da Escola, com cargos na estrutura e responsabilidade de UCs, com orientações de mestrado e outras atribuições. O Reitor respondeu que essa situação está prevista no novo regulamento. Mas lembrou que no novo regime jurídico, os docentes especialistas são contratados como docentes convidados, tendo que obrigatoriamente manter a sua ligação com o mercado de trabalho, pelo que, em concursos para docentes de mapa, estes já não poderão concorrer.

A Professora Filipa Subtil questionou o Reitor sobre como vamos olhar para os Professores, a quem a ESCS andou a incentivar para fazer provas para o título de especialista. O Reitor respondeu que é uma situação transversal a todos os politécnicos. A Professora questionou, ainda, se é possível aos Reitores dos politécnicos fazerem alguma pressão para que esta situação seja repensada. O Reitor afirmou que do novo RJIES resulta a necessidade de haver uma opção clara pela carreira académica, isto é, através de provas de doutoramento, no entanto, quem está como adjunto com título de especialista, manter-se-á como tal.

A Presidente tomou a palavra, salientando que, ao longo da reunião, foi referida a necessidade de recorrer aos recursos humanos como principal via para fazer face às dificuldades financeiras. Considerou que existem diferentes formas de abordar os problemas financeiros no ensino, sendo a via mais fácil procurar soluções através da redução de custos com os recursos humanos, com o consequente risco de precarização das condições de trabalho. Esclareceu que, ao referir o esforço desenvolvido pela ESCS, pretendia sublinhar que este foi assumido por toda a comunidade académica, incluindo os Professores convidados. Manifestou, por isso, a sua preocupação com a possibilidade de se equacionar a atividade de investigação apenas numa lógica de ajustamento da carga letiva, defendendo que importa, acima de tudo, compreender de que forma todo este processo será conduzido, salvaguardando e valorizando o trabalho desenvolvido. Por fim, destacou a necessidade de procurar soluções que não se limitem aos recursos humanos, nomeadamente através do alargamento da oferta formativa, com vista à captação de mais estudantes, ao desenvolvimento de novas propostas de ensino e ao reforço da capacidade competitiva da ESCS face às restantes instituições de ensino superior.

O Reitor afirmou que mais pós-graduações não são suficientes para resolver o problema financeiro. Quando é necessária uma significativa redução de despesa, esta só é viável nos recursos humanos.

O Professor Pedro Gomes questionou o Reitor sobre a forma utilizada pelo ISCAL para conseguir diminuir a despesa salarial, visto que foi apresentado como sendo a escola que mais reduziu essa despesa nos últimos anos. O Reitor respondeu dizendo que ainda assim o ISCAL, este ano, aumentou a despesa com massa

salarial em 1%, mas tomou medidas que outras escolas já tinham tomado no passado, como a redução do número de horas letivas semanais.

O Professor Jorge Souto questionou se o aumento da oferta formativa poderá constituir uma estratégia sustentável para garantir a manutenção da atividade da instituição e indicou outras opções, formações mais curtas que possam ser pagas a valores competitivos. Referiu ainda que, do ponto de vista do aumento da oferta, há vários pontos onde não se está a conseguir corresponder à procura dos cursos da escola. Relativamente aos mestrados, por exemplo, o de Publicidade e Marketing tem um grande número de candidatos excluídos, podendo alargar-se o número de turmas. O Reitor esclareceu que o impedimento resulta da acreditação do curso, para poder abrir outra turma tem de ser pedida essa alteração no processo de acreditação. Referiu que as pós-graduações são apenas receita própria, enquanto os mestrados são receita do orçamento de estado. O Professor Jorge Souto comentou que no caso do mestrado é uma questão de se querer iniciar esse processo junto da A3es.

A Presidente reiterou a pergunta sobre quais são, efetivamente, as expectativas e prioridades da UPL relativamente à Escola e em que áreas considera que esta deverá apostar. Referiu que a ESCS assenta em três eixos fundamentais — o ensino, a internacionalização e a investigação —, sendo essencial definir prioridades estratégicas que orientem a afetação dos recursos financeiros disponíveis. O Reitor respondeu que a UPL quer que se desenvolvam as três áreas. A ESCS tem de ser mais eficiente, ter um tronco-comum nas UC's, ter opcionais de escola e investir no ensino à distância. Referiu que as escolas da UPL estão a perder estudantes, precisam de ter um ensino mais atrativo e mais eficiente para contornar essa situação. Referiu que, no ano anterior, no levantamento na UPL sobre o motivo da não renovação de matrícula, a resposta maioritária foi por mudança de estabelecimento de ensino.

A Professora Filipa Subtil partilhou uma situação ocorrida no âmbito da sua atividade académica, relativa a uma estudante de mestrado cujo trabalho se encontrava praticamente concluído, mas que, a determinada altura, manifestou não reunir condições para o finalizar, prevendo a sua conclusão no ano seguinte. Perante a ausência de contacto por parte da estudante ao longo dos meses seguintes, a Professora procurou, de forma reiterada, estabelecer contacto com a

mesma, com o intuito de evitar que todo o trabalho desenvolvido se perdesse. Contudo, a estudante acabou por deixar de responder às tentativas de contacto. A Professora referiu que os estudantes do Mestrado em Jornalismo parecem ter como principal objetivo a obtenção de um estágio, não demonstrando, necessariamente, uma motivação efetiva para a continuidade e valorização do seu percurso académico.

O Reitor corroborou a existência de situações desta natureza, salientando que as taxas de abandono também apresentam diferenças entre os vários cursos da própria ESCS.

O Professor João Barros referiu que, apesar de possuir o título de especialista, considera que este parece ter vindo a perder relevância, embora tenha desempenhado, nos últimos anos, um papel importante na afirmação da especificidade do ensino politécnico e na distinção entre os dois subsistemas de ensino superior. Salientou ainda que as exigências colocadas às instituições de ensino politécnico são, em muitos aspetos, semelhantes às dirigidas às universidades, apesar de estas integrarem subsistemas distintos e terem missões diferenciadas. Neste sentido, estabeleceu um paralelismo entre o papel das universidades, orientado para a formação de docentes e investigadores, e o das instituições politécnicas, mais direcionado para a formação de profissionais preparados para a integração no mercado de trabalho. Concluiu, assinalando uma aparente contradição na orientação governamental, que reconhece a existência de dois subsistemas de ensino superior, mas exige às instituições politécnicas que assumam também características e funções próprias do ensino universitário. O Professor colocou ainda duas questões ao Reitor, procurando saber se, enquanto universidade politécnica, este continuava a considerar desejável a manutenção do sistema dual de ensino superior e se, por sua vez, o Governo continuava a defender a existência de dois subsistemas distintos.

O Reitor referiu que os dois subsistemas se mantêm exatamente iguais, salientando que uma das diferenças, entre os dois, reside na carga horária letiva dos docentes, que pode atingir um máximo de 12 horas semanais no ensino politécnico e de 9 horas semanais no ensino universitário. O Reitor defendeu que a UPL deve ser reconhecida como universidade politécnica, tendo em conta a natureza da sua atuação e as funções que desempenha. Contudo, salientou que,

caso o reconhecimento como universidade permita o acesso a um financiamento superior, essa possibilidade é a melhor. Reiterou que os próximos tempos serão de muito sacrifício.

A presidente questionou ao Reitor qual é o limite da UPL para aceitar estas imposições da tutela, porque efetivamente tem de haver limites.

O Reitor voltou a falar do orçamento em 2023, em que os aumentos deixaram de ser por histórico e deixaram de ser iguais para todos. Referiu que a situação na ESCS se revela particularmente complexa, uma vez que a Escola parte de uma posição de base bastante desfavorável no que respeita à percentagem de despesa com a salários.

A Professora Filipa Subtil questionou o Reitor se, do seu ponto de vista, teríamos chegado a esta situação por má gestão da direção anterior, ao que o Reitor respondeu que, do seu ponto de vista houve um erro de gestão. O orçamento que foi aprovado no conselho permanente foi transferido todo para as escolas, no início do ano, mas prevaleceu a ideia de que o dinheiro sempre acabaria por aparecer. Eventualmente uma das soluções será passar despesa de 2026 para 2027, o que agravará o orçamento de 2027.

A Professora Cláudia Silvestre questionou se não faria sentido haver um alerta formal às instituições, na altura em que estas apresentam os orçamentos. O Reitor deixou claro que esta situação não voltaria a acontecer.

O Professor Jorge Souto questionou qual o excesso, em percentagem, do custo com o corpo docente, expurgadas as situações temporárias como as licenças sabáticas e outras. O Reitor respondeu que, se já sabíamos que íamos ter três licenças especiais, devíamos ter salvaguardado as situações, para sabermos onde poderíamos ter de economizar para salvaguardar este adicional.

A Presidente referiu que se cruzam duas narrativas distintas: por um lado, a informação transmitida na presente reunião, de um problema de tesouraria da UPL, devido a um processo mal conduzido do uso de fundos PRR e, por outro, a ideia de que a Escola estaria a «derrapar» financeiramente. Acrescentou que, tal como já referiu, a ESCS tem cumprido apesar da estreiteza orçamental que lhe é imposta há anos. Assim, a espectativa do reforço financeiro não era nenhuma

exorbitância, mas uma reposição de valores, que lhe eram devidos, à semelhança do que se verificara no ano anterior.

O Reitor respondeu que o reforço foi feito no início do ano letivo e que a ESCS foi uma das escolas que aumentou o orçamento da UPL acima do aumento do ensino superior. Salientou a importância de a escola ter consciência de que se trata de uma situação pontual, que deverá ser corrigida, sob pena de poder justificar uma intervenção por parte da Tutela, com consequências que não se afigurariam desejáveis, nem benéficas para a instituição.

O Reitor informou que, a 1 de janeiro de 2027, será necessário assegurar a cabimentação de toda a despesa prevista para esse ano. Nessa data, deverão estar cabimentados os vencimentos de todo o pessoal do quadro, bem como os vencimentos dos trabalhadores com contrato em vigor. No caso da ESCS, atendendo a que mais de 50% do corpo docente é constituído por docentes convidados, esta exigência assume um impacto financeiro particularmente significativo. O que tem que ficar acordado com os presidentes das escolas é qual o mecanismo para garantir que esta despesa esteja fixa. Uma possível solução seria adotar aquilo que é a política em organismos sem autonomia, que são as cativações: o montante não está cabimentado, mas está cativo. Seria um modo de garantir este controlo.

Para terminar a reunião, a Presidente agradeceu ao Reitor os esclarecimentos prestados.

3. Informações

Júlia Leitão de Barros informou que ainda não recebera qualquer informação da direção sobre os procedimentos que iria adotar para a discussão da reestruturação financeira da ESCS, os conselheiros concordaram com o envio de um mail pedindo informação sobre esse processo.

A presidente informou que a próxima reunião seria *on line* e dedicada à aprovação das atas das três últimas reuniões, por considerar o seu teor de interesse imediato para toda a comunidade.

Pelas treze horas e quarenta minutos, deu-se por encerrada a reunião.

Julia Leitão B

A Presidente do Conselho de Representantes

Júlia Leitão de Barros